

TERRITÓRIOS DO USO: COTIDIANO E MODO DE VIDA

ODETTE CARVALHO DE LIMA SEABRA

Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo
Pesquisadora CNPq
odseabra@usp.br

RESUMO

Trata-se de uma discussão sobre cotidiano e modo de vida com base no conceito de vida cotidiana (cotidiano urbano). A vida cotidiana como conceito, corresponde a uma articulação que totaliza espaço e tempo na modernidade; que reúne e distingue, em diferentes níveis, o particular e o geral, o singular e o universal, o abstrato e o corpóreo. O enfoque privilegia o movimento das formas para compreender a lógica das formas em relação à dialética dos conteúdos. A partir dessa premissa teórica foi possível discutir como as separações e a segregação socioespacial, implícitas no processo social, evoluíram para auto-segregação concebida e administrada, implicando na formação dos territórios no urbano. A reflexão incide sobre a relação entre os condomínios fechados, no caso Alphaville, em São Paulo, com a favela do entorno.

PALAVRAS-CHAVES: Vida cotidiana. Urbanização. Cidade. Segregação. Território. Modo de vida.

TERRITORIES OF USE: EVERYDAY LIFE AND LIFESTYLE

ABSTRACT

This paper discusses everyday life and lifestyle in the context of urban everyday life. The concept of everyday life articulates the totalities of space and time in modernity. It not only joins but also distinguishes the particular from the general, the unique from the universal, the abstract from the corporeal. The discussion presented here gives emphasis to the movement of forms in order to understand their logic in the dialectics of contents. This theoretical standpoint allows us to demonstrate how social-spatial segregation and other forms of social separation are able to develop into self-segregation, that is, into a condition of self-conceived and self-administered segregation. The creation of self-segregated territories in urban space is the outcome of this process. The case of Alphaville, a private residential condominium surrounded by a favela, located in the surroundings of the city of São Paulo, is discussed in more detail.

KEY-WORDS: Everyday life. Urbanization. City. Segregation. Territory. Lifestyle.

Quer se trate de metrópoles, de cidades médias ou pequenas, sabe-se que o fenômeno urbano traduz as circunstâncias da urbanização da sociedade. Tornou-se banal afirmar que no Brasil mais de oitenta por cento da população vive em cidades e que, dentre os vinte por cento que vivem no campo, os hábitos de vida urbana têm sido difundidos rapidamente. Impõe-se considerar que, há menos de meio século, este era um País agrário e que entre os anos trinta e setenta, período especialmente importante quanto à estruturação do fenômeno urbano, constituiu-se um modo de vida a partir da concentração da população nas cidades.

Interessa-nos destacar que o cotidiano urbano, como quadro de vida, ganha realidade numa síntese muito complexa da cidade e do campo ou daquilo que foi a cidade na História. Tanto que, urbanidade e ruralidade constituem ângulos de visão que encerram a sociedade urbana.

O principal a ser considerado neste breve ensaio é que, na urbanização contemporânea, o cotidiano emerge para análise na metamorfose das formas de uso do tempo vivido; que o cotidiano urbano prolonga e explicita o sentido da urbanização capitalista pela generalização de um modo de vida no qual foram sendo aprofundadas as separações no âmbito da vida social.¹

Isso porque, primeiro, a formação social capitalista, no seu movimento interno (produção de valor) e externo (realização de valor) só pôde reunir e qualificar os elementos do mundo material ou imaterial enquanto separados, fossem da Natureza ou História; segundo porque, a partir de certo ponto, o processo do capital teve que enfrentar as contingências de ter que reproduzir todos os elementos que lhe constituem, quando empresas e famílias já não se reproduziam por si mesmas. Tratava-se de valorizar o valor.

¹ Conforme a industrialização progredia e com ela aumentava a massa trabalhadora, aprofundava-se a divisão do trabalho nas fábricas e nos serviços urbanos. Paralelamente à formação da classe trabalhadora (operariado fabril), em torno da qual foi centralizado o debate sobre a sociedade capitalista, tanto na cidade como nos bairros, ocupações urbanas se multiplicavam por volta dos mais diversos misteres. Nas fábricas estava o emprego, na cidade as ocupações de caráter urbano.

Segundo uma abordagem da economia política, na cidade o contingente de trabalhadores se definia em relação a um exército industrial de reserva, regulador da oferta e demanda por trabalho nas fábricas. Há mais de duas décadas somos obrigados a admitir que os esquemas interpretativos eram muito simples. A mobilidade inter-regional do trabalho (migrações) pode ter sido em grande medida, função de necessidades sistêmicas da industrialização, mas é certo também, que tem sido uma função da preservação de posições históricas das elites nas regiões de origem. Em suma, mesmo supondo que houvesse alguma relação ou alguma correspondência entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, o certo é que as cidades passaram a comportar um contingente sempre significativo de população sobranter.

É nesse sentido que concentração de riqueza, de poder e de capacidade de ordenação abstrata do mundo traduzia a afirmação positiva da cidade à medida que crescia sua importância e seu significado, sob um ideário liberal de progresso.

No decurso desse processo, pleno dos conteúdos históricos, sociais e psíquicos da modernidade, marcado por impasses e contradições, foi ganhando realidade um modo de vida (a cotidianidade moderna) que, como disse, se explicita pelas formas de uso do tempo nos lugares demarcados e estipulados no movimento da propriedade. Pois, as contradições que moveram o processo social na modernidade (produção social e apropriação privada), evidentes na materialidade do urbano, denotam a empiricização do tempo (Milton Santos). E, também denotam, que há um processo de valorização do espaço, implícito nas relações sociais o qual, necessariamente, tem que se territorializar para permitir alguma apropriação. Assim sendo, a espacialidade específica do capitalismo, discutida e interrogada por volta das questões de segregação socioespacial (década de 1970), ganhou graus de complexidade, mas torna-se mais clara, se examinada a partir da vida cotidiana, porque o cotidiano não pode passar sem espaços e tempos apropriados (territórios do uso), sejam quais forem as separações ou, o grau de exclusão social que comporta. São os fundamentos desiguais desta sociedade que explicam a sua própria espacialidade. Sejam, bairros bem equipados com alto valor imobiliário ou as áreas precariamente urbanizadas. Dos primeiros, em São Paulo, são exemplo os bairros Jardins, os condomínios de luxo e inclusive os condomínios fechados encravados no tecido urbano metropolitano que prolifera em todas as direções; dos segundos, são as ocupações de beira de rios com barracos de lona e plástico, as favelas, as construções precárias em vertentes íngremes.

Fato é que contradições não resolvidas foram sendo acumuladas e permanecem nos fundamentos da existência de uns e outros. Elas (as contradições) impõem, no âmbito do vivido, estratégias e lutas à sobrevivência no urbano porque, para permanecer habitante há que ser morador, há que ser aquele que usa, que delimita *territórios de uso*. Tanto que, à medida que a condição de pobre, como pobre urbano se definia, entre os mais ricos criou-se a necessidade de administrar a separação, aqui identificada como auto-segregação. O imenso universo de negócios da indústria e dos serviços de segurança privada que ganha visibilidade no espaço urbano põe em evidência a luta por territórios. São os muros altos, os portões automáticos, as guaritas, o enorme exército de porteiros vestidos

de terno azul-marinho nas portas dos edifícios, nos estacionamentos, enfim, em todos os lugares.

Na sua materialidade, a metrópole vai sendo composta por justaposições sucessivas, que aparecem como mosaicos desconexos. Isso é muito diferente da cidade que tinha uma centralidade pressuposta (o velho centro) para onde tudo convergia, e de onde se articulavam espaço e tempo produtivos. A segregação transparecia na oposição do centro com o não centro e expressava a conjunção da cidade, dos bairros e dos subúrbios. Na concentração urbana metropolitana foram sendo aprofundadas as separações, pois, não só o centro (velho centro) foi sendo aniquilado como as camadas de melhor renda da sociedade passaram a viver a experiência da retirada dos bairros centrais, com a formação de territórios exclusivos.

Esses territórios do urbano são inscrições espaciais com limites absolutos, visíveis no conjunto da área edificada. Seus limites formam aquilo que se pode identificar como uma “linha dura”, que são as ‘zonas’ de contato, marcadas por singulares experiências de viver o processo urbano.²

Há, portanto, dois níveis de análise que se entrecruzam. O primeiro diz respeito às separações originárias que se instalam ao rés do cotidiano banal, a vida do dia-a-dia, onde ainda persistem tradições, hábitos e costumes, base e repertório de coisas do povo e de onde podem ser recolhidos saberes, habilidades que podem virar produtos e coisas. E, aquilo que não vira, permanece como resíduo, em relação ao movimento do mercado, podendo, por vezes, integrar o folclore.

O segundo nível da análise procura correspondência entre os elementos do processo social da modernidade (reprodução capitalista da sociedade), implicados na mudança das formas de uso do tempo, em suas relações com a valorização do espaço porque permite aprofundar a temática

² As antinomias: fragmentação e cooperação, coesão e conflito são atributos que expressando a natureza das metrópoles, correspondem a um grau exacerbado do desenvolvimento da formação social capitalista, no qual, o capital financeiro (forma dinheiro-juros) pode articular, “por cima”, todas as estruturas e momentos da vida social. A generalização da economia de trocas foi acontecendo num longo processo que comportou estratégias diversas de conquistas e de acumulação de riqueza entre sujeitos privados e entre instituições. A dialética que se estabeleceu entre a economia e a sociedade, isto é, uma esfera agindo sobre a outra, movida por um sistema de ações traduzidas como estratégias, não nos permite pensar numa suposta disjunção entre sociedade, economia e território, segundo o pensamento que visa encontrar uma nova modalidade de planejamento das nossas cidades.

Foi a generalização das relações de troca que, levando à superposição de ações e processos, produz a impressão de que a fragmentação social é apenas separação formal, de que conflito é conflito por si mesmo porque, na verdade, a troca situa-se na superfície da sociedade.

da segregação socioespacial, chegando à formação dos territórios do urbano.

A hipótese teórica que sustenta essa exposição é a de que a urbanização capitalista é um processo de concentração (de homens, de produtos e de coisas) nas cidades, capaz de articular os sistemas hierarquizados das cidades, através de fluxos materiais e imateriais, numa convergência que deu forma à metrópole, até um ponto que o fenômeno urbano mudou de qualidade. Nesta mudança, o fundamental é a luta por territórios. Pode-se dizer que, de um ponto de vista estritamente teórico, o território articula o particular ao geral ou o local ao global e que, revelando o modo de vida, eleva o cotidiano, enquanto expressão da vida cotidiana na modernidade, à teoria e ao conceito. No cotidiano urbano realizam-se todas as abstrações. Inclusive, o processo de valorização do espaço, enquanto abstração da forma mercadoria, realiza-se como abstração concreta, delimitando territórios.

A metrópole de São Paulo, formada por uma superfície de urbanização contínua, sintetiza na sua materialidade, diversos momentos e aspectos, caracteriza-se, sobretudo, por apresentar uma figuração disforme.³ Nela sucedem-se quase indefinidamente, espaços hiper, superfuncionalizados numa sucessão de homogeneidade, geralmente sistêmicas que formam as pesadas estruturas urbanas. Estas, sobrepõem-se, recortam, fragmentam e quebram formas progressas de organização do espaço, mais ou menos orgânicas, como as das cidades com seus bairros e subúrbios. Nos fragmentos dispersos do espaço metropolitano, tanto se podem encontrar fragmentos de velhos bairros, que permanecem como espaços residuais e não expressam homogeneidade alguma, não são funcionais, ao contrário, quase sempre funcionam como entrave à mobilidade geral do urbano, como se podem encontrar territórios exclusivos de auto-segregação (condomínios de luxo). Mas, relativamente aos espaços residuais e a partir das permanências que guardam, pode-se indagar sobre as genealogias, sobre as coexistências, sobre as continuidades e as descontinuidades, sobre as temporalidades e sobre o devir. Neles, de alguma forma permanece retida a história inteira, vivida e experimentada com sua riqueza e pobreza, com

³ Disso decorre a sensação de caos que as cidades tornadas metrópoles proporcionam, como é o caso de São Paulo, que nada mais é do que a tradução de acúmulos que explodem como potências desconhecidas. Por isso a problemática urbana não é a especificação de problemas, ela é uma síntese superior, dotada de qualidades próprias. Também não será o caso de pensar que o urbano não tem lógica porque produz a impressão de caos. Ao contrário, trata-se sim, da convergência de diferentes lógicas que, todavia, são contraditórias entre si.

seus impasses e contradições, porque eles são acumulação de tempos sociais e históricos.⁴

Na metrópole, a sucessão quase infinita de bloco-e-laje, bloco-e-laje é recortada pelos sistemas técnicos que fazem funcionar o urbano.

A concentração é de tal ordem que multidão, grandes números, sociedade de massas são as designações mais adequadas para abordar os conteúdos sociais do urbano que lhe corresponde.

Mas, ainda no interior da sociedade de massas, cabe uma aproximação com os conteúdos sociais da vida porque, nessa sociedade, a indústria cultural (expressão do marketing em geral) articula os sistemas de necessidades sobre a base de um fundamento antropológico; (dialética entre criança e infância, entre lembrança e memória, entre o velho e o idoso)⁵. Isso equivale a considerar que a problemática da modernidade encerra, nas suas enormes conquistas, as novas e sempre renovadas carências ao transformar, por separações e fragmentações sucessivas, os atributos imanentes do ser.

Enfim, nas partes que se seguem, apresento uma discussão sobre cotidiano e modo de vida tendo por base um raciocínio que pretende articular a formação do cotidiano urbano com as formas da segregação socioespacial, manifestadas como auto-segregação, na expectativa de discutir certas continuidades do processo de urbanização.

⁴ As diferentes temporalidades históricas ficam inscritas nos lugares. A explicação teórica incide sobre os mecanismos próprios da reprodução capitalista, essencialmente porque as relações ou os nexos do capital enquanto forma da riqueza estabelecem-se em extensão e em profundidade. Em extensão, a reprodução capitalista sempre integrou de modo sistêmico novas áreas e definiu novos espaços de atuação. Todas as formas de colonialismo acabavam por realizar esse processo. Em profundidade, essas mesmas relações sempre tiveram a potência de redefinir a história, aquela vivida como banalidade, a do homem comum e cotidiano. Tanto que, num certo momento, o trabalho assalariado pode revolver os modos de vida. Agora, é a indústria cultural que ao sintetizar, o tempo livre no lazer, faz sua parte, homogeneizando "por cima" os gostos, as habilidades e os prazeres.

⁵ No sistema das necessidades, os atributos imanentes do ser (gênero, idade, cor) são redefinidos como peculiaridade da sociedade e nessa redefinição se estrutura e reestrutura o sistema de necessidades, como por exemplo, na dialética da infância e da criança. O direito da criança apareceu, encontrou justificativas morais e intelectuais quando a distância entre a essência do ser criança em relação à infância como instituição da sociedade, aflorou como carência, como novas necessidades. Nesse sentido o pobre urbano é aquele que deveria, que poderia ter suas necessidades resolvidas, mas não tem. Na vida cotidiana a criança é carente de infância. Não porque a infância seja mais ou melhor, mas exatamente porque perdendo a condição de criança não pode, por princípio, deixar de ter a infância concebida pedagógica e cientificamente.

O enfoque adotado privilegia o movimento das formas, exatamente porque a questão é de compreender a lógica das formas como expressão do movimento dos conteúdos. Isso equivale a considerar que é sempre possível perguntar sobre o movimento da formação. É, nesses termos, que indagamos sobre a vida cotidiana e sobre a auto-segregação.

COTIDIANO E MODO DE VIDA

O cotidiano urbano delineava-se à medida que a industrialização progredia e os trabalhadores preenchiam de vida os bairros de operários que se formavam em São Paulo. Toda a São Paulo dos anos quarenta e cinquenta do século XX fervilhava de operários com suas famílias, seus grêmios, suas crenças. São Paulo chegou a ser uma sociedade de bairros. A vida pública, por essa época, expunha a sua mais exuberante forma. A centralidade da cidade traduzia-se na concentração de comércio e dos serviços urbanos tanto em resposta aos apelos de civilidade que convocavam para comícios, para desfiles cívicos como, porque, era a cidade o melhor lugar do divertimento e da contestação.

Com a industrialização, a cidade tornava-se o lugar do encontro da vida privada com a vida pública e a sociedade civil começava a ganhar visibilidade histórica e social. A cidade entrou num processo de acumulação de riquezas, lastreado por um ideário de progresso e de ordem pública que eram princípios de civilidade. Sobre os recém-egressos do campo se exerceu o fascínio da cidade, tanto pela materialidade que guarda todos os tempos, (as catedrais, os mosteiros, jardins e praças públicas) como pelas idéias tornadas ideais em circulação. A literatura faz crer que a cidade chegou a ser promessa de um mundo melhor porque dela foi veiculada para a sociedade inteira uma imagem de mundo com novas possibilidades, principalmente para os migrantes rurais que deixavam os arados e as enxadas.

Angel Rama, homem de letras, descreveu com muita propriedade a convergência ou centralidade que qualificou a cidade como lugar da liberdade, do anonimato que resguarda a individualidade, ainda no início da industrialização, relativamente à formação da cidade liberal:

Quando sobre um mapa se tenta localizar as casas em que viviam escritores, as redações dos jornais onde levavam suas colaborações ou onde já exerciam como jornalista de quadro; os escritórios governamentais que proporcionavam empregos (correios e telégrafos, bibliotecas, arquivos onde eram localizados por associação superficial

com a pena), as Universidades onde se formavam as carreiras liberais, logo abandonadas; os Ateneus ou salas de conferências e concertos onde dissertavam, os cafés onde passavam a maior parte do dia escrevendo ou participando do cenáculo, ou buscando ajudas econômicas, os teatros a que concorriam seja para fazerem as crônicas, seja pelas atrizes ou para oferecer manuscrito; os escritórios dos advogados onde eram escreventes ou conversavam sobre arte com um ex colega estabelecido, as sedes dos partidos políticos a cujas assembléias acudiam e onde exerciam a mais apreciada virtude da época: a oratória que consagra o intelectual; os prostíbulos a que concorriam pontualmente até o dia do matrimônio; as igrejas em que alguns se arrependiam, as casas de móveis em se expunha obras de arte ou as livrarias, quando se revisam esses estratégicos pontos sobre o mapa o que se encontra é o velho centro, esse quadrilátero de dez quadras [mais ou menos], ali transcorria a vida ativa da cidade e era o salão público da sociabilidade que segundo as novelas de época, os personagens se encontravam por acaso. (RAMA, 1985, p. 143)

Essa cidade, a cidade liberal, estava a meio caminho da metrópole; ela foi sendo consumida ante os preceitos de uma sociedade tecnológica, industrial e de massas, em formação. A metamorfose da cidade em metrópole, ao mesmo tempo que afirmou positivamente a cidade, realizou a anticidade que, para além da materialidade urbana, era a negação do ideário civilizatório da cidade. Mas, por dentro, como um fio que liga todo o processo, estavam as transformações nas formas de uso do tempo, motivadas pelo aprofundamento na divisão do trabalho com diversificação progressiva do emprego e incorporação de ocupações domésticas nos circuitos de trabalho, pela ampliação da escolaridade e pelas novas tecnologias que chegavam ao cotidiano. De modo que, a mobilização geral em direção às cidades, mantinha o fluxo de trabalhadores nas fábricas e em ocupações urbanas, à medida que a natureza repetitiva das formas de uso do tempo (lógica da reprodução) acabava por envolver o tempo de trabalho e o do não trabalho (da família, da religião), num único processo.

Trabalhos simples, mas muito importantes, apresentam o universo do trabalho, da família, da festa e dos dramas da vida nos bairros da Penha, do Brás, do Bom Retiro, da Barra Funda, do Belenzinho, em São Paulo. A crônica de época, sempre se referindo às primeiras fases da industrialização de São Paulo, com muita naturalidade acaba por expor a constituição de um tempo social que, ao ir integrando as diferentes esferas da existência (no trabalho e fora do trabalho), faria emergir, ainda, a vida cotidiana como

experiência de espaço e de tempo na modernidade; mostra, essa literatura,⁶ que seriam ainda necessários muitos acúmulos. Mas essa literatura deixa, sobretudo, entrever como iam acontecendo, como ganhavam conteúdos os espaços de representação, quando, ainda, indivíduos produziam para si mesmos o espetáculo da vida. Isso era possível porque existia espaço e, sobretudo, porque existia um tempo próprio e comum, ao qual se dedicavam as crianças, os adultos, os velhos, nos lugares apropriados. A festa ainda não estava muito separada da vida e portanto os bairros formavam um nível das práticas que articulava o trabalho e a família, quase sempre no mesmo lugar, ainda nas primeiras fases da industrialização.

Em relação aos bairros, a cidade apresentava-se como o outro, o diferente, o distante, como lugar a ser conquistado. À perda gradativa dos espaços de representação corresponde a aceleração no uso do tempo, como consequência da modernização capitalista, à medida que o cotidiano urbano (a vida cotidiana) se constituía.

Só para exemplificar não custa lembrar que a temática *da cidade e do cinema*, como foco de investigação, por certo mostraria a formação, pelos anos cinquenta, de um nexos interno de articulação da vida cotidiana com a difusão do *american way of life*, padrão de vida ou modo de viver americano.

Tratava-se de acenar já, com os equipamentos domésticos, o automóvel, o modelo de família, tudo que mais tarde passou a ser reconhecido como modo de vida de classe média.

Não é possível deixar despercebida a importância que teve a indústria cinematográfica na conformação de um modo de vida baseado numa cultura própria do capitalismo, já que o cinema ritualizava a vida e ampliava enormemente o âmbito do vivido. A relação cidade e cinema constitui-se num extraordinário tema de pesquisa.

Até essa época, o cotidiano pensado como banal e rotineiro era ainda espelhado no ritmo cíclico do tempo (dia e noite). As totalizações operadas na sociedade, integradoras das suas diferentes esferas no nível da política e da economia (o Estado produzindo as leis e as normas, e o mercado ditando o preço/valor dos bens), ainda não tornavam necessário trazer o cotidiano à teoria e ao conceito. A família, mesmo a família trabalhadora, era, ainda, uma unidade produtora de valores de uso. Mas foi sobre esse

⁶ Refiro-me especialmente aos cronistas: Machado, Alexandre Marcondes (Juó Bananére) em *As cartas d'abax'o Piques*; Machado, Alcântara: Brás, Bixiga e Barra Funda; Penteado, Jacó: Belenzinho 1910; Maffei, Eduardo. *Greve*; o romance de época, Pedro Maneta.

plano das rotinas que a vida cotidiana emergiu. Porém, emergiu cindida, articulando dialeticamente o viver e o vivido.

A vida cotidiana como conceito refere-se aos conteúdos da vida na modernidade, os quais seguem sendo transformados pelas tecnologias do cotidiano e por elas modulados, caracterizando uma maneira de viver ou um modo de vida regido pela lógica da mercadoria.⁷

Mas uma abordagem do *modo de vida* trata necessariamente do plano da vida imediata, em que se debatem o viver e o vivido, em que diferentes matrizes socioculturais se defrontam com os imperativos da indústria que coloniza e expropria o tempo (antes apropriado), sujeitando-o aos impulsos lógicos do mercado. Então, sob os imperativos da indústria cultural, que é uma frente avançada da cultura capitalista e cuja matéria prima é a consciência individual do usuário,⁸ essa indústria, através da publicidade e da propaganda, secciona os indivíduos por gênero, por idades, por gostos etc. etc., para serem fetichizados na personificação do usuário-consumidor. Tanto que, os equipamentos domésticos que em princípio libertam, como as mídias que em princípio informariam, atuam decisivamente sobre os modos de ser.

É necessário não negligenciar que foi num amplo processo dotado de diferentes dimensões e níveis que a vida cotidiana (o cotidiano urbano) foi sendo configurada como um modo de vida definido por peculiares formas de emprego do tempo que acabavam por traduzir-se nas formas de uso do espaço.

A vida cotidiana tende a erigir-se em sistema sobre os desencontros dos modos de vida com os meios de vida (suportes materiais da existência), face uma equação de valores que totaliza o tempo como momentos: de

⁷ O paradoxal é que na vida cotidiana se estabelece uma distância incomensurável entre o viver e o vivido e que enquanto o viver encolhe, o vivido atravessado por discursos, por imagens e por estetismos se amplia. O mundo da imagem que nos envolve, movido pela lógica da indústria cultural, confirma esses raciocínios.

A vida cotidiana tende a ser configurada em sistema através das tecnologias que chegam ao cotidiano e em resposta aos apelos e às justificativas que invadem o vivido e que criam um mundo imaginário no qual os desejos viram necessidades.

⁸ O processo de troca material com a natureza tem que ser um processo de códigos simbólicos, enquanto a sociedade não toma consciência de si, pensou Hegel. Por isso a humanidade do homem, em suas origens, era definida no interior de tradições religiosas, com crenças e com mitologias. Justifica-se portanto a necessidade de uma universalidade abstrata que articula a existência, justificando-a e lhe atribuindo algum sentido. Mas, pelo processo que transforma o conteúdo material e sensível das coisas a uma equivalência na troca, cuja forma fenomênica é o dinheiro, em si indiferente ao conteúdo, se constitui a universalidade abstrata da mercadoria que pode ser chamada de fetichismo. O que está sendo aqui demonstrado é que a vida cotidiana é o nível de convergência da abstração da forma mercadoria. Abstração e fetiche que submeteram a história inteira do ocidente.

trabalho, de lazer e da família. Na vida cotidiana, o viver corresponde à dimensão objetiva das práticas, enquanto o vivido, muito mais amplo, integra a subjetividade, sendo perpassado por retórica e por estetismos. A relação entre esses dois níveis forma a vida cotidiana. Esta que, como conceito, permite discutir os diferentes níveis que encerram a problemática da reprodução social.

Sérgio Buarque de Holanda assinalou, com muita propriedade, que a modernidade instaurava um processo de complexificação social porque começou a comportar uma ordem impessoal e abstrata que desafiava a ordem doméstica e familiar da comunidade. Demonstrou que a ascensão da cidade significa, de fato, um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo. Que as abstrações estão fundadas em práticas, por isso podiam, ainda, desdobrarem-se quer em representações do mundo rural ou do mundo urbano, na cidade.

Isso coloca a questão de pensar que a cidade (sociabilidade e espontaneidade) e a anticidade (a cidade submetida à lógica capitalista) integravam um único processo e que, a afirmação positiva da cidade acumulava elementos de sua superação. As funções e atributos econômicos da cidade sobrepujaram todos os outros, o que, em termos históricos, corresponde à formação da metrópole capitalista.

De forma que o cotidiano urbano, resultado da complementaridade entre industrialização e urbanização, é marcado pela aceleração do tempo; pela maximização do uso de bens e fatores produtivos, tanto quanto pelo aprofundamento da divisão social do trabalho, a qual repercute na disposição de meios de vida, porque desencadeia necessidades novas, aumenta o exército de trabalhadores e diversifica produtos.

Em decorrência, há uma forte tendência para ser alterada a disposição dos meios de vida: alimentos, vestuário, remédios, moradia têm que ser encontrados no mercado, onde são padronizados. Essa parece ter sido a condição para que os fundamentos de relações propriamente de mercado, de domínio do valor de troca, se generalizassem.

Os contingentes de população urbana, precariamente urbanizados ou não, além daqueles que continuam chegando, têm que se inserir nos territórios do urbano: espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados e que estão funcional e estruturalmente articulados ao nível do cotidiano, através do consumo de mercadorias. A mercadoria e o dinheiro erguem-se como um *Deus ex-machina*, mas sem poder sair da prática social (abstração concreta), por isso e ao se realizarem (no mercado de compra e venda), confirmam os fundamentos da desigualdade

pressuposta, sancionando os territórios de uso que no urbano são espaços de segregação consumada.

A esses argumentos o senso comum poderia contrapor a idéia de que pobres urbanos sempre existiram e que a acomodação intersticial dos pobres sempre foi problemática, haja vista como, por exemplo, na cidade de São Paulo, foram ocupadas as beiras de rios e as baixadas insalubres. Evidentemente, trata-se de fatos que não se podem negar. Mas a história é outra no presente; exatamente porque foram possíveis essas inserções pelas bordas dos espaços que se urbanizavam é que havia a oportunidade para que muitos migrantes e mesmo a população residual de caipiras e de negros, que habitava nos limites externos da cidade, arrastassem consigo habilidades ancestrais e até meios materiais para o interior do cotidiano. No presente, as práticas, as habilidades e até os desejos integram a cotidianidade por força do sistema de necessidades; não há comparação possível. O tratamento teórico da questão pode evitar mal-entendidos.

O paradoxal é que a vida cotidiana, ao articular o viver e o vivido, integra todas as representações do mundo, espelhando o conjunto de valores e do ideário de uma época. E que, muitos dos estímulos e apelos que preenchem o vivido, ao serem transformados em desejos, alimentam um fluxo de necessidades sempre renovadas. Os desejos, mesmo sendo sociais, têm que se resolver no indivíduo particular enquanto satisfação de necessidade. O desejo cada um o sente. Entre o desejo e a necessidade situa-se a frustração que vai compor o universo de carências. Carências do homem urbano em geral traduzidas por pobreza de vínculos sociais, escassez de tempo, falta de dinheiro (relativamente ao dinheiro não há limite), entre um rol quase inumerável. A instrumentalização das carências integra o drama desta época, assolada pela violência urbana, o seu maior drama.

Sabe-se que as transformações na base agrária, sejam em decorrência da concentração da propriedade rural ou como fruto das tecnologias que racionalizam os processos produtivos, têm implicado na expropriação do campo e na manutenção de fluxos migratórios do campo para as cidades; que as migrações campo-cidade, mesmo cumprindo estágios intermediários, encontram ponto terminal nas metrópoles. Disso decorre que a fixação dos migrantes tem que ocorrer em dois níveis da prática social: um diz respeito à inserção territorial, com a configuração e estabelecimento de território de uso que corresponde ao espaço do morar (quer sejam favelas, camas quentes ou não); o outro corresponde à inserção na vida cotidiana pela definição de formas de uso do tempo. A vida cotidiana articula espaço e tempo.

Modernizar foi a palavra de ordem que acompanhou a 2ª Revolução Industrial e cujos efeitos se tornaram causas e razões no ideário da elite paulista, devotada aos empreendimentos modernizadores da cidade, já ao final do século dezenove. Engenheiros, médicos higienistas, pedagogos atuavam na formação do corpo normativo do Estado, afirmando os princípios de ordenação da vida na cidade. A modernidade reflexiva tal como descrita por Giddens (1977) estava destinada a organizar os saberes, fazendo-os chegar ao plano da vida imediata dos sujeitos, onde se confrontavam com a tradição. Os saberes seriam organizados como práticas, através das quais, supostamente, uma nação civilizada estava em marcha. Hospitais, escolas, sanatórios, ruas, pontes, luz elétrica e a própria cidade que ganhava novas formas estavam ligados ao princípio da nação e da cidadania, envolvendo conceitos e práticas civilizatórias. Mas, prevaleceriam as virtudes econômicas da cidade.

Em suma, partimos da noção de que o cotidiano se refere, em princípio, ao ciclo do tempo, de que a vida cotidiana é própria de nossa época (funde o viver e o vivido) e de que a cotidianidade é o ritmo estabelecido na dialética do viver e do vivido, restando, por considerar, no interior desse movimento contraditório, primeiro, a manifestação dos modos de vida no cotidiano; depois, uma breve consideração da vida cotidiana como unidade de espaço e de tempo.⁹

DA SEGREGAÇÃO À AUTO-SEGREGAÇÃO

A transformação da cidade em metrópole chega a expor com veemência e sem comiseração limites muito estreitos à reprodução da vida; chegamos à noção de territórios de uso, fruto de auto-segregação concebida e administrada como territórios exclusivos. Agora, muito mais dramaticamente do que em outros momentos da história urbana, a segregação socioespacial ao realizar-se é percebida e vivida como contradição inerente ao processo de reprodução social. Por isso a inclusão perversa (expressa nas subabitações, nas ocupações, nas favelas...) dos supostamente excluídos não passa despercebida e expõe à sociedade inteira, a problemática da urbanização como um problema de reprodução da vida. A questão portanto, é também

⁹ Em A Natureza do Espaço, Milton Santos (1996) propôs o problema de traduzir a unidade sincrética: espaço-tempo, em uma categoria analítica. Em sua exposição trouxe à luz muitas das correntes da Geografia que, na tentativa de articular no plano do conhecimento essas categorias, mantinham-se numa certa ingenuidade relativamente à complexidade do processo social de que deveriam dar conta. Negou, com certa veemência, que a junção da Geografia com a História respondesse satisfatoriamente às necessidades que se apresentam ao conhecimento no presente. (p. 41 e outras).

como nascer, viver, transitar e morrer sob as condições de uma mobilidade que tende a ser circunscrita nos territórios que ganharam conformação no desenho urbano. A segregação que, já se sabe como tal, integra-se à práxis social. Dá conformação a espaços de morar formando conjuntos muito homogêneos. Sejam os condomínios fechados, os conjuntos habitacionais, os centros empresariais, as ocupações das áreas periféricas das metrópoles ou ruas e jardins que se fecham para o uso público e nos quais, os seus atributos mais significativos estão programaticamente relacionados à segurança como já referido.

Nas estratégias de uns e de outros, em direção à formação dos territórios exclusivos, consuma-se a auto-segregação já então concebida e administrada.

Mas cabe inclusive considerar que, se a cidade (pré-condição para a metamorfose do capital mercantil em industrial), com seus bairros e subúrbios tem precedência histórica em relação à periferia urbana e à metrópole, são estas últimas, as configurações que confirmam a espacialidade própria do capitalismo como formação social porque traduzem, ao mesmo tempo, o *fenômeno urbano por grandes contingentes, a conhecida sociedade de massas, e pela fragmentação sistêmica das formas de uso do espaço e do tempo*, sempre implicadas, em rentabilidade econômica e racionalidade técnica: por exemplo, como o são as grandes estruturas funcionais do espaço (vias de trânsito rápido, metrô, grandes estádios...) que se assentam sobre os espaços históricos da velha cidade. Trata-se, como disse, de estruturas com grande homogeneidade técnica as quais se sobrepõem aos espaços históricos que permanecem residuais.

A auto-segregação nada mais é do que um recurso estratégico que visa administrar a separação consumada nos territórios do urbano. Em decorrência, a apropriação, que é fruição de tempo e de espaço sob determinações e imperativos do movimento da propriedade em geral, é coagida, restringida, permitindo às experiências do âmbito de viver, apenas o nível do irrisório, dado ao fato que nada pode substituir aquilo que foi a maior de todas as riquezas: a cidade.¹⁰

É próprio do espaço urbano que nele se acumulem tempos sociais e históricos, que resulte numa aparência de caos, que seja ponto focal de

¹⁰ Em Lewis Mumford, "A cidade na História", como também em Fustel de Coulanges, "A cidade antiga", as possibilidades de agregação que a vida na cidade permitiu, foram as responsáveis por conquistas fundamentais no processo de hominização. Esses autores nos mostraram que o individualismo imanente ao Ser podia ser descoberto, vivido e relativizado no outro, em decorrência da vida social da qual a cidade foi centro. Mas a cidade não podia tudo. Seu limite apareceu como circunstância do desenvolvimento da propriedade, na forma de capital, num nível de integração que logo, em seguida, seria discutido como globalização.

estratégias de valorização, e que as políticas públicas destinadas à gestão estejam freqüentemente perpassadas de muitos e diversos interesses privados. A produção do urbano e a forma material que resume todo o processo do urbano mesmo, apresenta-se como um campo imenso de interrogações.

Em termos dos conteúdos sociais da urbanização, é necessário considerar que as gigantescas periferias configuram, em seu conjunto, uma paisagem de grande homogeneidade e que correspondem à forma como a população pobre, trabalhadora e por vezes migrante, acomodou-se na metrópole. A contrapartida dessa periferização manifestou-se em dois planos: primeiro na saturação do velho centro da cidade onde esse contingente foi à procura de meios de vida, transgredindo as formas de uso do espaço interno da própria cidade; sucumbia a cidade da ordem. O segundo foi o confinamento das populações de maior renda para condomínios exclusivos.

Da nova segregação decorre que o espaço público entra numa outra ordem de considerações: não é lugar pelo qual as pessoas circulem; é apenas lugar de acesso e trânsito para pontos pré-determinados, preferencialmente, de automóvel. Corresponde ao esvaziamento das áreas centrais, de suas funções mais nobres, aquelas que articulavam a vida civil e política no espaço público.

Mas desde os anos setenta um fenômeno próprio de São Paulo, embora não exclusivo, já arrastava estratos da classe média que se estruturava em torno do consumo de bens duráveis e de profissões liberais, a procurar uma forma exclusiva de morar, inclusive porque o automóvel assim o permitia. Os shoppings transformaram-se em lugares de compra e de entretenimento e as auto-estradas a serem valorizadas para esse comércio concentrado, tornava possível surgir os loteamentos que dariam origem aos condomínios do entorno de São Paulo.¹¹

De tal forma que morar a uma certa distância dos centros de negócios e de serviços, mas contar com transporte próprio, terrenos grandes e muito mais baratos do que em qualquer um dos setores da cidade propriamente, tornou-se uma opção possível.

Os condomínios fechados foram compreendidos inicialmente, por uma certa literatura, como uma resposta ao esvaziamento das áreas centrais. Hoje, já se sabe, estão muito mais relacionados a um modo de vida sobre o qual

¹¹ O êxito do processo de substituição de importações (Plano de Metas) que levou a criação de compartimento da indústria de bens intermediários entre nós, permitiu a estruturação de quadros médios da sociedade, os quais, ao final dos anos sessenta já se constituíam em uma expressiva classe média urbana que respondia pelas novas funções nos serviços, nas artes, na tecnoburocracia estatal, nos quadros gerenciais das grandes empresas, nos bancos, assim por diante. Enfim, a sociedade era já muito diferente daquela do velho funcionário público.

atuam certas empresas que visam organizar o cotidiano e com isso acabam modulando a atividade de morar.

Trata-se de ações e projetos que se apresentam como necessários para proporcionar a evasão da cidade com muita idealização do bucólico, contra o universo concentracionista da cidade, contra o barulho e a fadiga, propondo o cultivo do seu próprio jardim, entre tantos outros apelos. Assim, os novos hábitos de morar tornavam-se realidade, de tal forma que o deslocamento da classe média para loteamentos residenciais foi natural e prazeroso, porque alimentado por um imaginário capaz de propugnar que a vida fora da cidade oferecia qualidade superior.

Era de certa forma evidente que a mobilidade social, da qual resultaria um mais amplo espectro das classes médias urbanas, abria possibilidades para inusitadas estratégias empresariais visando proporcionar esse deslocamento.

Os condomínios fechados surgiram inicialmente em cidades americanas. Em Los Angeles puderam se formar sem muros, com casas implantadas em amplos jardins, propondo continuidade de paisagens; elas próprias, sempre reconstruídas segundo o prazer estético em voga, como veiculou amplamente a indústria cinematográfica.

Em São Paulo os condomínios se multiplicaram nos últimos trinta anos, sempre como sinônimo de qualidade, de critério e de valor social. Mas aqui eles são fechados mesmo. O eixo São Paulo-Campinas está coalhado de condomínios, assim como em direção a Mairiporã e a Atibaia e em direção a Cotia, de onde se estendem até São Roque.

Isso mostra que a reprodução social, como nesse caso, dos quadros médios da sociedade implica estratégias espaciais (das empresas e dos consumidores) as quais se realizam como territoriais.¹²

Em São Paulo, a par das iniciativas que nesse sentido existiram desde o início dos anos setenta, tal como é o caso de Granja Viana e outros empreendimentos por volta de Mairiporã e Atibaia à mesma época, o empreendimento de maior êxito foi Alphaville.

¹² Embora com dados preliminares, fornecidos por operadores no mercado imobiliário, consta que existem:

- no entorno de São Paulo.....300 condomínios;
- no entorno de Curitiba.....176;
- no entorno de Goiânia.....10;
- no entorno de Manaus.....10;

Luiz Paulo Pompéia, diretor da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio, afirma que as pessoas acreditam que nesses empreendimentos estão a salvo de seqüestros, roubos e assaltos.

Na paisagem, dentre os fatos que anunciam os condomínios fechados, estão os agrupamentos de pobres formando favelas; são, quase sempre, ligados às obras e edificações que por ali permanecem e que vão sendo acrescidos de novos contingentes. Têm muitas funções complementares no uso residencial, comercial e de serviços desses *enclaves* urbanos, denominação muito adequada, extraída de Teresa Pires do Rio Caldeira, em Cidade de Muros (2000).

VIDA COTIDIANA: UNIDADE INTEGRADORA DAS SEPARAÇÕES

Examino, mais de perto, o problema a partir do condomínio Alphaville, localizado a trinta quilômetros de São Paulo, a partir de uma relação muito estreita e interna, relativa à satisfação de necessidades.

A população pobre do entorno de Alphaville funciona como suporte de um conjunto de atividades no interior do condomínio. Os pontos de ônibus denunciam essa vinculação. Os ônibus trazem e recolhem os empregados domésticos e de serviços. São cozinheiras, arrumadeiras e babás; jornaleiros, carteiros, jardineiros, porteiros, pedreiros, serventes que se dirigem às áreas residenciais. Como se trata de um centro empresarial e de serviços altamente sofisticado, integram esse fluxo também funcionários de bancos, seguradoras, centros de computação, comércio especializado, escolas, serviços de saúde. Alphaville é formado por vinte blocos residenciais, três centros empresariais com várias áreas de comércio e de serviços; são 1.362 empresas e uma população flutuante de 170.000 pessoas, 1.400 empregos na administração dos 15 conjuntos residenciais. As 8.000 famílias que vivem nos residenciais geram 16.000 empregos fixos para o trabalho doméstico, e mantém 14.000 postos esporádicos, voltados aos serviços de manutenção e reparos. Têm, ainda, quarenta restaurantes, dezesseis agências bancárias, dois pronto-socorros e um shopping center. Habitam os apartamentos de um e quatro dormitórios, 5.000 pessoas. Os terrenos padrão de 400 metros quadrados (pelo menos) formam as quinze áreas residenciais,

separadas por muro cada uma delas e com segurança própria, comportando mais de 30.000 habitantes.¹³

Isso não equivale a uma pequena cidade. Aqui, não tem importância alguma que os indivíduos não se conheçam, porque o que os atrai é a vontade da separação, alimentada pela certeza de encontrar no vizinho um padrão aceitável, segundo certo ponto de vista. O lugar de morar corresponde a uma inserção social. Isso sabem perfeitamente os componentes da nova classe, que inclui as pessoas do espetáculo como são os jogadores de futebol, cantores e outros astros da mídia em geral.

Contígua a Alphaville, no lado oposto à estrada, está aquela paisagem com a qual não nos acostumamos. São casas que não se acabam, de bloco ou tijolo à vista, sem cor e sem flor. Imagem de pedaços justapostos que sobe e desce morro. No geral, é tudo muito parecido. Aqui também (internamente) aflora a problemática do território envolvendo a todos e cada um em particular.

Na precariedade instalada, os sentimentos do mundo são ora de raiva, ora de uma complacência quase religiosa, ora os da fatalidade de pertencer a uma comunidade de destino, expressa na fala daquele que vem de fora e que acredita ter chegado depois. É o que se lê na afirmação de que: “se tivesse nascido em São Paulo, eu me acharia num carro importado”.¹⁴

Intramuros encontram-se uns e outros, os de fora e os de dentro para viver a cotidianidade como fluxo do tempo naquele território que os aproxima. Paradoxal, na separação de uns está a vida de outros tantos. E o drama consiste em que a vida vai sendo transformada sem o saber; que uns se reproduzem nos outros e que parte importante do tempo consomem

¹³ Essas informações foram obtidas por entrevistas e pela consulta de jornais locais, que circulam internamente no condomínio, não são assinadas, foram compiladas no Alphaville News. As informações quanto ao perfil atual da empresa que idealizou Alphaville estão sendo veiculadas em Belo Horizonte, integram publicidade e a propaganda do projeto que está sendo concluído nos arredores de Belo Horizonte, pela fusão das empresas Alphaville Urbanismo S.A. e Lagoa dos Ingleses Urbanismo S.A. com sede em Nova Lima e filial no Rio de Janeiro, constituída em 1996 com fim específico de desenvolver a Alphaville dos mineiros.

O modelo Alphaville de Planejamento e Desenvolvimento Urbano foi criado em 1974 pela construtora Albuquerque Takaoka S.A., dos engenheiros Renato Albuquerque e Yojiro Takaoka. Com a morte deste último, em 1993, Renato Albuquerque fundou a Alphaville Urbanismo S.A., empresa que se dedica a pesquisar mercados no Brasil e no exterior para implantação do modelo Alphaville de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que é considerado o mais bem sucedido empreendimento imobiliário do Brasil, merecedor de dois prêmios Máster, na categoria empreendimento, em 1998 e 1999.

¹⁴ Sr. Raimundo, 45 anos, veio da Bahia onde trabalhava na roça. Depoimento colhido por Lourdes de Fátima Bezerra Carril. Cf. CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo, 2003. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. p. 149.

(ambos) no mesmo lugar, através de vínculos essenciais. Vínculos que transformam uns e outros, embora não transformem da mesma forma e tampouco com o mesmo sentido.

A solução da separação é e continua sendo problemática, pois não há como evitar que o pobre, do qual foi planejada a separação, esteja dentro de casa, que prepare a comida que vai ser servida, arrume as camas, cuide das roupas e, não raras vezes, fique com as crianças o dia todo. Essa talvez seja a maior das diferenças na forma como estão sendo separados ricos e pobres em países como o nosso. Aqui, a miséria é tão geral e contundente que riqueza e pobreza se juntam de forma inesperada. E então, as mensagens do rádio, do jornal, os modos de lidar com alimentos, com idosos, com crianças, de lhes indicar caminhos ou de não indicar, assim como comentários banais e outros, quem sabe, menos banais porém cotidianos, chegam homeopaticamente aos mais simples, ignorando a separação, podendo, inclusive, ser de alguma forma absorvidos. Importante é considerar que na vida cotidiana, tudo ou quase tudo se encontra articulado e sob as determinações fundamentais desta sociedade que tem a propriedade de socializar abstratamente a existência, afirmando o individualismo pela competição generalizada, mas negando a individualidade como particularidade.

O acúmulo de experiências derivadas da apreensão do mundo pelos sentidos traz o vivido à teoria e ao conceito como campo onde se debatem a imaginação criativa que não pode morrer e o imaginário, gestado na sociedade de massas.

A comunicação ocupa lugar central pois, as mensagens que comandam o cotidiano se desdobram, ganham extensão, podendo inclusive ganhar profundidade. Se isso acontece, aí então chegam a estruturar os modos de ser, atuando na conformação dos modos de vida. Comunicação não se confunde com informação. Na sociedade urbana e de massas há um nítido predomínio da comunicação, o que torna quase sem efeito a correlação entre comunicação e informação. É a comunicação rápida, organizada que tende a organizar a vida na superfície dos atos e dos processos.

Muito claramente, entre nós, a comunicação vem se mostrando um elemento estruturante do cotidiano através dos sistemas de comunicação, gestados no interior de monopólios empresariais da indústria televisiva.

Uma das conseqüências imediatas é a importância da imagem em detrimento do texto.

A pesquisa, em iniciação científica, de Márcia Parollini demonstrou a expropriação a que estão sujeitas as classes subalternas no processo social que desloca contingentes tão expressivos de população pelo Brasil, exatamente quando essa população encontra uma inserção urbana nos moldes como se ligam pobres e ricos nas práticas de viver nos condomínios fechados.

Suas indagações iniciais foram a propósito das condições muito melhores de infra-estrutura de que dispunha o município de Barueri, se comparado aos demais da região. Concluiu que os tributos e taxas oriundos da implantação e funcionamento de Alphaville repercutiam sobre todo o município e que disso derivava a singularidade antes observada, que aliás motivara a pesquisa.

Prossequindo nas indagações, pesquisou a favela do entorno de Alphaville. Foi então que mesmo sem entrar no mérito da precariedade das condições de vida ali vigentes, fotografou e explorou das imagens os conteúdos socioculturais da vida. Mostrou que pobres, muito pobres, adquirem hábitos da sociedade urbana e com isso integram o fluxo do consumo da sociedade de massas, de modo quase caricatural. Primeiro, integram o universo dos pobres urbanos como sujeitos que estão sendo expropriados de suas habilidades e conhecimentos ancestrais e que, além disso, são portadores de necessidades renovadas, sobretudo monetarizadas. Dentre os dados que recolheu constam as fraldas descartáveis que, após terem sido lavadas, foram estendidas num varal para secar. Através deste episódio mostrou como a necessidade dos descartáveis se sobrepõe às habilidades de resolver problemas, o que diminui o repertório das habilidades dos indivíduos. Além disso, demonstra que a integração social passa também pelo consumo tanto que os bens de consumo de massa (bebidas, alimentos, confecções, calçados...) são ofertados através de uma enorme variação de similares, com preços e qualidade muito variáveis, tendo em vista alcançar mesmo os rendimentos muito baixos.

A nova segregação exige uma outra compreensão do espaço urbano. Face ao que acabamos de constatar, não se poderá mais pensar em centro e periferia; em bairros jardins e bairros fabris com concentração de proletários; que deles existam remanescentes em São Paulo, parte do curso da própria urbanização. Os condomínios fechados, as favelas estão indicando que a urbanização na atualidade produz territórios, recorta o espaço urbano numa ostensiva e intencional separação.

Se, na história urbana o anonimato da cidade foi a liberdade, a civilidade prometida, no condomínio fechado o anonimato é arriscado e gera suspeição. Há que ser conhecido “no pedaço”. Conhecido de porteiros e de seguranças armados. O vazio das ruas é preenchido vez por outra pelos acidentes com jovens que nos impulsos próprios da juventude, lançam-se a quebrar o tédio que os consome formando grupos muito homogêneos com interesses ora mais ora menos padronizados. De todo modo a violência que domina a sociedade urbana no presente tem seu correspondente intramuros. Dramaticamente, os jovens, tanto os de dentro como os de fora, dão sua contribuição para explicar o “gap” da pirâmide etária do Brasil, na faixa dos vinte anos.

Nas condições de urbanização avassaladora, forças se batem e se confrontam: o Estado, a elite patrimonialista, os sem-teto e os auto-segregados. Todos querem segurança.¹⁵

É sob a insígnia da segurança que se faz o marketing dos condomínios fechados. Quanto à vida cotidiana, unidade integradora de espaço e de tempo, o ritmo que a define e integra marca o movimento da sociedade como um todo. Agora, relativamente à segregação socioespacial, os condomínios oferecem a forma mais acabada da reprodução desigual desta sociedade realizando-se nos territórios do urbano.

Á TÍTULO DE CONCLUSÃO

A ilusão de que a propriedade das coisas pode ser imediatamente transferida às pessoas através do uso ou do consumo é um componente essencial no movimento do mundo, talvez desde sempre. Dizem alguns, Platão afirmou que o homem (gênero) gosta de espetáculo e o adágio, *o traje faz o monge*, servia para enaltecer a relação da coisa sobre a pessoa. O gosto, o fascínio pelas coisas e o seu desdobramento nas imagens do mundo parecem ter servido de premissa e de justificativa para a perversão que resulta da manipulação do desejo.

Pode-se, contudo, supor e em certa medida até constatar, que os milhões de pobres urbanos, confinados nos seus territórios, não vivem apenas a

¹⁵ “Um dos dramas urbanos atuais é o fato de que alguns espaços expressam-se pela marca negativa da violência. Segundo a World Health Annual Statistics, a taxa de homicídio no município de São Paulo, por 100 mil habitantes, é de quase 48,6. Enquanto na Argentina é de 7,8; na Croácia 1,5; em Israel 0,7; no Japão e Portugal é de 2,0 e no Brasil é de 24,8”. SDTS. *Pobreza e Violência no Município de São Paulo*. São Paulo: SDTS/PMSP, 2002; apud: CARRIL, op. cit., p. 180.

pobreza da sua condição social. E, mais, se eles estivessem vivendo apenas a pobreza da sua condição, os auto-segregados (muitos de nós) não teríamos nenhum futuro. Está pouco elucidada, para não dizer desconhecida, a composição (quantitativa e qualitativa) do que possam ser os moradores pobres da metrópole. Contudo, há certo tempo, aqui ou ali muitos jovens mostram a sua disposição de fazer a crítica da sua própria condição, nos mais diversos lugares, com uma linguagem própria (que muito se parece a um dialeto) nas inscrições e nos desenhos murais, no movimento Hip-Hop. Ao mesmo tempo registra-se, também, a cooptação e instrumentalização da pobreza e isso abre possibilidade para que a qualquer hora se instaure pânico e violência, que expõem ao sacrifício indivíduos e famílias.

Logo, a urbanização pensada como circunstância da mobilidade geral do trabalho, em função da industrialização, é localizada no cerne das transformações dos modos de vida, inclusive porque a cidade moderna ao se revelar como o *locus* mais adequado para o desenvolvimento da indústria, reunia tanto as condições sociais e gerais de produção (o investimento social para a circulação de homens e de mercadorias, com o que se produzia materialmente o espaço urbano), como o exército de trabalhadores, fundamentais nesse processo. A cidade, como ambiência socioespacial e lugar original das transformações do cotidiano, acabou sendo, também, o lugar dos dramas. Lugar de encontros e de desencontros para onde fluíam migrantes na expectativa de trabalho na indústria, no comércio, nos serviços e que além disso, teve que abrigar o fluxo do desemprego estrutural. Nela tudo se encontrava e se redefinia segundo uma lógica do tempo social, como tempo produtivo.

A generalidade de um modo de vida, que decorreu desse processo, corresponde à periferização generalizada; ou seja: é quando o urbano se alça como generalidade da forma de viver e dá realidade a estruturação metropolitana do espaço com a periferização do todo e das partes. De modo que a noção de periferia, como o distante é superada, já então como produto da história urbana. Pois, de periferia prevalece a noção de um padrão precário e generalizado de uso do espaço urbano que se constitui em uma textura de urbanização contínua. A noção de periferia, na sua generalidade, refere-se à pobreza geral expressa na falta de meios materiais que suportam a reprodução dos indivíduos com padrões mínimos de dignidade humana.¹⁶

¹⁶ Nos inumeráveis estudos que os estudantes do curso de Geografia (FFLCH-USP) têm realizado a título de trabalho de graduação individual, tem sido possível recolher muitas informações que melhoram nosso conhecimento da periferia; também, dissertações e teses, embora menos numerosas, têm contribuído muito nesse sentido.

Resta dizer que a urbanização lentamente foi mostrando que a divisão original cidade-campo resultava na concentração urbano-industrial; e que o espaço urbano começou a configurar-se como um repositório dos processos socioespaciais devido à especialização crescente da agricultura, e que não havia como acomodar interesses tão contraditórios. A auto-segregação nos condomínios fechados resolve parcamente as questões para aqueles que integram esse movimento de fragmentação acelerado do urbano como quadro de vida. Alguns autores o lêem como evasão do urbano. De todo modo, aqueles que se retiram para os condomínios fechados deixam para trás um quadro de extrema complexidade do qual não conseguem se livrar.

Foi num conjunto de estudos, trabalhos e pesquisas que amplas áreas da Geografia estudaram os processos de produção do espaço e integraram na análise geográfica, como seu pressuposto, os fundamentos do processo de valorização, discutindo, conseqüentemente, a espacialidade do processo social. Mas foi possível ir mais longe no afã de traduzir, como conhecimento integrado ao “corpus” da disciplina, as contradições do processo social. Compreendeu-se que o desenvolvimento das forças produtivas, que aliás integravam abstratamente uma dimensão do espaço como valor, materializam-se na configuração de territórios. Mas, a dimensão concreta no espaço ficava em contradição com os conteúdos sociais que se transformavam mais rapidamente do que a materialidade do urbano.

A unidade sincrética de valor do espaço circula pela sociedade pela via do instituto jurídico da propriedade territorial, uma mediação essencial à reprodução social. Portanto, a espacialidade implícita dos processos sociais era mais do que condições locais; traduzia-se também como segregação socioespacial e como exclusão social, em cujo centro estava o instituto jurídico da propriedade. A propriedade territorial foi então assumida como um nexos fundamental a partir da qual foi aberto um caminho importante e conseqüente de reflexão. Tornara-se possível compreender como um direito, o direito de propriedade, em princípio de essência extra-econômica, integra os processos reprodutivos como uma variável econômica do capitalismo. O território pode ser, dessa forma, compreendido como uma dimensão objetiva de todo o processo social da modernidade.

A partir de uma tal formulação em princípio lógica, tornara-se possível compreender também as bases históricas de realização da urbanização brasileira que, assentando-se numa peculiar combinação de rentismo, cartório e autoritarismo, deixa entrever, numa exposição dramática, essas oposições fundamentais. As peculiaridades de uma história inscrita no projeto colonial português, no neocolonialismo, no imperialismo teriam impedido a conformação de mediações políticas que levassem a diferentes

formas de inserção social da propriedade. Portanto, a desigualdade social ao inscrever-se no urbano, projeta-se como segregação socioespacial.

POST SCRIPTUM: ATRAVÉS DAS LENTES DA GEOGRAFIA

A cidade, ao longo da História, dependeu do uso sendo que a forma da cidade sempre foi a forma de sua ordem social. De difícil elucidação tem sido a relação cidade-indústria, porque, ao que parece, com a industrialização, difunde-se mais ampla e rapidamente o reino da mercadoria e do mercado (generaliza-se o dinheiro como valor), agora como determinantes das relações da sociedade com seu espaço e seus territórios.

A Geografia e os geógrafos, notadamente a Geografia moderna, procuravam integrar ao seu *corpus* de conhecimentos, a dimensão prática da existência, qual seja, o âmbito de práticas e experiências, aqui identificadas como a síntese do viver e do vivido no cotidiano. Contudo, sem poder ignorar os limites de seus respectivos tempos, pude constatar que, a partir da noção de gênero de vida, passou-se da noção de modo de vida à noção de cotidiano, mesmo sem ter sido possível tirar, à época, as derivações que agora se tornam possíveis.

Com Paul Vidal de La Blache, *Principes de Géographie Humaine*, foi incorporado ao conhecimento geográfico a noção de gênero de vida. Geógrafos como J. Brunhes (1920), Max Sorre (1952) e mais tarde Pierre George (1969), ora mais ora menos concordes com o conhecimento de suas épocas, não puderam negligenciar que a Geografia Humana integrava como conhecimento, as experiências do cotidiano.

O gênero de vida identificava uma estrutura circular que correspondia à forma com que cada grupo humano desenvolvia sua maneira de ser, de viver. Cada grupo compõe um conjunto de atitudes que tira sua significação do interior do próprio grupo, seja pela maneira de se vestir, de falar, de habitar, em suma, por sua maneira de ser. Os gêneros de vida revelam os meios de que dispõem uma coletividade para sua sobrevivência.

No afã de apontar para o teor determinista de certos postulados, foi sendo perdido o fio de continuidade que inseria os fundamentos da cultura da sociedade, a partir do olhar erudito, no conhecimento da Geografia.

Jean Brunhes (1920), em sua *Geografia Humana*, ainda enredado no determinismo ambiental, não pôde ignorar a magnitude, a profundidade e a extensão do processo de urbanização porque os anos vinte coincidiam com a *belle époque* do capitalismo. A Europa, até então muito agrária, há três

décadas pelo menos, via ferver os movimentos migratórios. As companhias de navegação dedicavam-se avidamente aos negócios das migrações, em direção à Austrália, Estados Unidos, Argentina e Brasil.

Tanto que Brunhes, no interior de uma sorte de determinismo ambiental discute:

[...] as primeiras necessidades vitais, identificando os gêneros de vida com complexos humanos de tradições e necessidades, estas (sic) formas de dominação da natureza e de vida coletiva, revelam-se por assim dizer, no aprendizado/ensino dos fatos essenciais. (BRUNHES, 1955, p. 270)¹⁷

Max Sorre estendeu a noção de gênero de vida às formas de existência ligadas às atividades profissionais, próprias do meio industrial, como, por exemplo, o gênero de vida dos ferroviários. Essa extensão foi contestada, afinal as premissas que serviram de fundamento e suporte ao conceito de gênero de vida não estavam presentes nas sociedades sujeitas à divisão do trabalho e à integração numa sociedade global.

O salto na compreensão do cotidiano como unidade de espaço e tempo em geral viria de Pierre George, ao afirmar que “o ambiente urbano abrange o conjunto das formas de contato dos homens com o meio da vida cotidiana” (sic) {...o conjunto das formas de contato dos homens na vida cotidiana}. (GEORGE, 1983, p. 186)¹⁸

Em suma, nos anos setenta a Geografia já estava em condições de compreender que os hábitos, as tradições e os costumes, repostos e transmitidos através de séculos, foram sendo arrastados no movimento da modernidade. E, além disso, como já havia compreendido Pierre George, no ambiente urbano, a vida cotidiana se abria à perspectiva da totalidade.

Mas, como já referido, Milton Santos (1996) pôs a questão em um outro patamar ao indagar sobre a síntese de espaço e de tempo, como uma dimensão da prática socioespacial.

Nesse percurso que, por certo, merece mais discussão e esclarecimento, a vida cotidiana, âmbito das práticas que encerram o viver e o vivido, a formação social capitalista foi galgando novos patamares, agora que as representações e os simbolismos constituem a sua frente avançada de valorização.

¹⁷ Brunhes, Jean. *Geografia humana*. Barcelona: Ed. Juventud, 1955.

¹⁸ George, Pierre. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983.

Entre nós, em poucas décadas, um modo de vida propriamente urbano generalizou-se e atingiu, por enquadramentos sucessivos e superpostos, indivíduos e famílias. Muitas são as biografias que retêm aspectos e momentos significativos das mudanças nos modos de vida, os quais, seguiram em direção à cotidianidade moderna. Esses são elementos que interessam à crítica da cultura do capitalismo, fundamentalmente pelo quadro imobilista que gerou.

REFERÊNCIAS

- BRUNHES, Jean. *Geografia humana*. Barcelona: Ed. Juventud, 1955.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo, 2003. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.
- LA BLACHE, Paul Vidal. *Principes de géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1922.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche Editeur, 1958 (v. I, 2^a ed.), 1961 (v. II), 1981 (v. III).
- GEORGE, Pierre. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GIDDENS, Anthony. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1977.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1983 [1980].
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Recebido em 03/05/2004

Aceito em 12/06/2004